

# Sumário

---

## Parte 1 – Normas e institutos previstos no CPC que concernem expressamente à Administração Pública ou ao direito administrativo

### Capítulo 1

#### Intervenção do Ministério Público nas causas de que participa a Fazenda Pública – Novo CPC

..... 33

*Alexandre Wagner Nester*

1.	O MINISTÉRIO PÚBLICO E SUA FUNÇÃO CONSTITUCIONAL .....	33
2.	A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL – A PREVISÃO CONTIDA NO CPC DE 1973...	34
3.	AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....	35
4.	A NULIDADE DECORRENTE DA AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO MP .....	37
5.	O PRAZO DE 30 DIAS FIXADO PELO NOVO CÓDIGO PARA MANIFESTAÇÃO DO MP .....	38
6.	A INTERVENÇÃO DO MP EM DECORRÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA.....	40
7.	O INTERESSE PÚBLICO (OU INTERESSE SOCIAL) CAPAZ DE JUSTIFICAR A INTERVENÇÃO DO MP.....	42
8.	CONCLUSÃO .....	43
9.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

### Capítulo 2

#### O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR e os serviços concedidos, permitidos ou autorizados.....

47

*André Guskow Cardoso*

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	48
2.	O MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	49
2.1.	AS HIPÓTESES DE CABIMENTO DO INCIDENTE .....	49
2.2.	A NATUREZA COLETIVA DO INCIDENTE .....	50
2.3.	OS LEGITIMADOS A FORMULAR PEDIDO DE INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE.....	50
2.4.	COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DO INCIDENTE .....	51
2.5.	DEVER DE AMPLA PUBLICIDADE DA INSTAURAÇÃO E JULGAMENTO DO IRDR.....	51
2.6.	A SUSPENSÃO DOS PROCESSOS ENVOLVENDO A MESMA TESE OBJETO DO INCIDENTE .....	52
2.6.1.	SUSPENSÃO NO ÂMBITO TERRITORIAL DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS.....	52
2.6.2.	SUSPENSÃO EM ÂMBITO NACIONAL .....	53
2.7.	A PREVISÃO DE PRAZO PARA JULGAMENTO DO INCIDENTE.....	53
2.8.	O PROCEDIMENTO DO IRDR.....	54
2.8.1.	EXAME COLEGIADO DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE .....	55
2.8.2.	A ATRIBUIÇÃO DO INCIDENTE A UM RELATOR.....	55
2.8.3.	PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELO RELATOR APÓS A ADMISSÃO DO INCIDENTE.....	55

11

## SUMÁRIO

2.8.4. A “INSTRUÇÃO” DO INCIDENTE .....	55
2.8.5. A ORDEM DE JULGAMENTO DO IRDR.....	56
2.9. AS PECULIARIDADES DO ACÓRDÃO PROFERIDO NO ÂMBITO DO IRDR E OS RECURSOS CABÍVEIS.....	56
2.9.1. O DEVER DE MOTIVAÇÃO AMPLIADO.....	56
2.9.2. OS RECURSOS CABÍVEIS .....	57
2.9.3. A AMPLITUDE TERRITORIAL DOS EFEITOS DA DECISÃO QUE APRECIAR O MÉRITO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO OU ESPECIAL .....	58
2.10. A REVISÃO DA TESE ADOTADA .....	58
2.11. A SUPERAÇÃO DA TESE FIXADA, POR DECISÃO PROFERIDA PELO STF OU PELO STJ .....	59
3. OS EFEITOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NO ÂMBITO DO INCIDENTE .....	59
3.1. A FIXAÇÃO DE TESE JURÍDICA A SER APLICADA .....	60
3.2. APLICABILIDADE A PROCESSOS DE NATUREZA INDIVIDUAL OU COLETIVA, INCLUSIVE ÀQUELES DE COMPETÊNCIA DOS JUÍZADOS ESPECIAIS.....	60
3.3. APLICABILIDADE A PROCESSOS JÁ EXISTENTES OU FUTUROS.....	61
3.4. NO ÂMBITO DO TERRITÓRIO ABRANGIDO PELA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL QUE TIVER JULGADO O INCIDENTE.....	61
3.5. O CABIMENTO DE RECLAMAÇÃO .....	62
3.6. A PREVISÃO RELATIVA A SERVIÇOS CONCEDIDOS, PERMITIDOS E AUTORIZADOS .....	64
4. A NATUREZA E A FINALIDADE DA COMUNICAÇÃO PREVISTA NO ART. 985, §2º.....	64
4.1. NATUREZA DA REGRA .....	64
4.2. FINALIDADE DA COMUNICAÇÃO .....	65
4.3. DISPUTA SOBRE O CARÁTER VINCULANTE RELATIVAMENTE ÀS ENTIDADES REGULADORAS .....	67
4.4. DISPUTA SOBRE O CARÁTER VINCULANTE RELATIVAMENTE AOS SUJEITOS REGULADOS.....	69
5. PRINCIPAIS QUESTÕES DERIVADAS DA APLICAÇÃO DO ART. 985, §2º.....	70
5.1. DESCABIMENTO DE APLICAÇÃO DA REGRA APENAS ÀS QUESTÕES REPETITIVAS RELACIONADAS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS .....	70
5.2. ABRANGÊNCIA DO DEVER DO ÓRGÃO, ENTE OU AGÊNCIA REGULADORA.....	71
5.3. O CARÁTER VINCULANTE DA DECISÃO RELATIVAMENTE AOS SUJEITOS REGULADOS .....	74
5.4. QUESTÕES DERIVADAS DA NATUREZA DO OBJETO DA DEMANDA REPETITIVA: RESTRIÇÕES À AMPLITUDE DA COGNIÇÃO A SER EXERCIDA NO INCIDENTE .....	76
5.5. A SITUAÇÃO DAS AGÊNCIAS E ÓRGÃOS REGULADORES FEDERAIS: POSSÍVEIS DIVERGÊNCIAS NAS DECISÕES ADOTADAS PELOS DIVERSOS TRIBUNAIS ESTADUAIS .....	77
6. CONCLUSÕES.....	78

### Capítulo 3

<b>Convênio para Representação Judicial entre os Entes da Federação (art. 75, § 4º, do CPC/2015).....</b>	<b>81</b>
---	-----------

*Cesar Pereira*

1. INTRODUÇÃO.....	81
2. REPRESENTAÇÃO JUDICIAL.....	81
3. OBJETO.....	82
4. FORMALIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO .....	82
5. CONVÊNIO: REGIME DO ART. 116 DA LEI Nº 8.666 .....	83

## SUMÁRIO

6.	FORMALIZAÇÃO DEFICIENTE: AUSÊNCIA DE EFEITO PROCESSUAL.....	84
7.	APARENTE RESTRIÇÃO SUBJETIVA.....	84
8.	DELEGAÇÃO: O CASO DO SIMPLES NACIONAL (ART. 41, § 3º, DA LC Nº 123).....	85
9.	DISTINÇÃO ENTRE REGIMES: ART. 75, § 4º, DO CPC/2015 NÃO IMPLICA DELEGAÇÃO ADMINISTRATIVA .....	85
10.	RECONHECIMENTO DOUTRINÁRIO .....	86
11.	CONVÊNIO E INTERESSE COMUM.....	86
12.	DEVERES ÉTICOS DA ADVOCACIA.....	87
13.	CONVÊNIO E ATUAÇÃO CONCERTADA (ART. 69 DO CPC/2015).....	87
14.	ATUAÇÃO CONCERTADA E COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS COMUNS OU CONCORRENTES (ARTS. 23 E 24 DA CF/88).....	88
15.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88

### Capítulo 4

<b>0 pagamento dos atos processuais requeridos pela Fazenda Pública, pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública – Art. 91 do Novo CPC.....</b>	<b>91</b>
<i>Diogo Albaneze Gomes Ribeiro</i>	

1.	REGRA GERAL PARA O PAGAMENTO DAS DESPESAS DOS ATOS PROCESSUAIS .....	91
2.	A NATUREZA JURÍDICA DAS DESPESAS PROCESSUAIS .....	92
3.	O PAGAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS PRATICADOS A REQUERIMENTO DA FAZENDA PÚBLICA, MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA .....	94
4.	AS NOVIDADES INTRODUZIDAS PELO NOVO CPC A RESPEITO DO PAGAMENTO DAS PERÍCIAS REALIZADAS A REQUERIMENTO DA FAZENDA PÚBLICA, MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA.....	99
5.	BIBLIOGRAFIA.....	102

### Capítulo 5

<b>Advocacia Pública no CPC/2015.....</b>	<b>103</b>
<i>Daniele Coutinho Talamini e Eduardo Talamini</i>	

1.	ADVOCACIA PÚBLICA COMO FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA.....	103
2.	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.....	104
3.	OS PRAZOS DA FAZENDA PÚBLICA.....	104
4.	INTIMAÇÃO PESSOAL DOS ADVOGADOS PÚBLICOS .....	107
5.	RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ADVOGADOS PÚBLICOS.....	107
6.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS .....	108

### Capítulo 6

<b>0 Novo CPC e a execução para pagamento de quantia certa contra a Fazenda Pública .....</b>	<b>111</b>
<i>Felipe Sripes Wladeck</i>	

1.	LIMITES DO PRESENTE TEXTO.....	111
2.	RESSALVA PRELIMINAR: “DECISÃO EXEQUENDA”, E NÃO “SENTENÇA EXEQUENDA”.....	111
3.	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA SEGUNDO O CPC DE 1973 .....	112

## SUMÁRIO

4.	EXECUÇÃO (“CUMPRIMENTO”) DE DECISÃO CONDENATÓRIA DA FAZENDA PÚBLICA AO PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA SEGUNDO O NOVO CPC.....	113
4.1.	REQUISITOS DO REQUERIMENTO DE CUMPRIMENTO .....	113
4.2.	INAPLICABILIDADE DA MULTA PREVISTA NO § 1º DO ART. 523.....	114
4.3.	INTIMAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA PARA IMPUGNAR O CUMPRIMENTO.....	114
4.4.	EFEITO SUSPENSIVO AUTOMÁTICO DA IMPUGNAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA.....	115
4.5.	IMPUGNAÇÃO PARCIAL E A POSSIBILIDADE DE IMEDIATA EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO OU REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR .....	117
4.6.	AS MATÉRIAS ARGUÍVEIS NA IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA DECISÃO.....	118
4.7.	A DECISÃO DA IMPUGNAÇÃO E O RECURSO CONTRA ELA CABÍVEL.....	122
4.8.	A EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO E DA REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR .....	123
5.	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA FUNDADA EM TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL.....	124

### Capítulo 7

	<b>A competência para a propositura de ações contra a União e os Estados Federados no novo CPC – Extensão aos Estados e ao Distrito Federal do modelo anteriormente vigente para a União (art. 52, parágrafo único, do CPC/2015) .....</b>	<b>129</b>
--	--	------------

*Guilherme A. Vezaro Eiras*

1.	INTRODUÇÃO – CONCEITO DE COMPETÊNCIA E CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	129
2.	O REGRAMENTO PREVISTO NO CPC/1973 PARA A DELIMITAÇÃO DA COMPETÊNCIA PARA A PROPOSITURA DE AÇÕES EM FACE DA UNIÃO FEDERAL.....	131
3.	AS REGRAS PARA A DELIMITAÇÃO DA COMPETÊNCIA PARA A PROPOSITURA DE AÇÕES CONTRA OS ESTADOS FEDERADOS PREVISTAS ESPECIFICAMENTE NO CPC/1973.....	135
4.	AS REGRAS DEFINIDORAS DA COMPETÊNCIA PREVISTAS NO NOVO CPC/2015 PARA A PROPOSITURA DE AÇÕES EM FACE DA UNIÃO E DOS ESTADOS FEDERADOS .....	136
4.1.	A SITUAÇÃO ESPECÍFICA DA UNIÃO FEDERAL – MANUTENÇÃO PELO CPC/2015 DO REGIME ANTERIORMENTE JÁ EXISTENTE .....	137
4.2.	AS INOVAÇÕES RELACIONADAS COM A COMPETÊNCIA PARA A PROPOSITURA DE AÇÕES EM FACE DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL – EXTENSÃO DO MODELO JÁ PREVISTO PARA AS CAUSAS PROPOSTAS EM FACE DA UNIÃO .....	138
5.	AS POSSÍVEIS INTERPRETAÇÕES DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 52 DO CPC/2015 .....	138
6.	A PREVALÊNCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO ACESSO À JUSTIÇA, PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE NA INTERPRETAÇÃO DA REGRA QUE PERMITE A PROPOSITURA DE AÇÕES EM FACE DO ESTADO E DO DISTRITO FEDERAL NO DOMICÍLIO DO AUTOR .....	140
7.	CONCLUSÃO .....	145
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	145

### Capítulo 8

	<b>Responsabilização do serventuário por exceder os prazos legais (Comentários ao art. 233 do CPC/2015) .....</b>	<b>147</b>
--	---	------------

*Juliane Erthal de Carvalho e Karlin Olbertz Niebuhr*

1.	INTRODUÇÃO.....	147
2.	AS QUESTÕES ENVOLVIDAS .....	148

## SUMÁRIO

3.	O “SERVENTUÁRIO” .....	149
4.	OS PRAZOS PROCESSUAIS PERTINENTES .....	155
5.	OS MOTIVOS EXCLUDENTES DA ILICITUDE .....	157
6.	O DEVIDO PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	159
7.	CONCLUSÃO .....	162
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	163

### Capítulo 9

#### **As prerrogativas de prazo para Fazenda Pública, Ministério Público e Defensoria Pública. 165**

*Maíza Ferian Cerveira da Silva*

1.	INTRODUÇÃO.....	165
2.	DILAÇÃO DE PRAZO: FUNDAMENTAÇÃO E CONSTITUCIONALIDADE.....	166
3.	COMPARATIVO CPC/73 E CPC/15 .....	169
4.	AS PREVISÕES NO CPC/73 .....	170
4.1.	AS PESSOAS DETENTORAS DA PRERROGATIVA DILATÓRIA DE PRAZO.....	171
4.2.	ABRANGÊNCIAS E PECULIARIDADES DO BENEFÍCIO PROCESSUAL.....	173
5.	AS PREVISÕES NO CPC/15 .....	174
5.1.	AS PESSOAS DETENTORAS DA PRERROGATIVA DILATÓRIA DE PRAZO.....	174
5.2.	ABRANGÊNCIAS E PECULIARIDADES DO BENEFÍCIO PROCESSUAL.....	176
6.	CONCLUSÕES.....	177
7.	BIBLIOGRAFIA.....	177

### Capítulo 10

#### **A competência da Justiça Federal e a intervenção superveniente da União ou Ente Federal..... 179**

*Maria Augusta Rost e Mayara Ruski Augusto Sá*

1.	INTRODUÇÃO.....	179
2.	COMPETÊNCIA: CONCEITO E CRITÉRIOS DE DETERMINAÇÃO .....	180
3.	A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.....	180
3.1.	PANORAMA LEGISLATIVO E JURISPRUDENCIAL .....	181
3.1.1.	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973.....	181
3.1.2.	CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	181
3.1.3.	A JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	183
3.1.4.	NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....	183
4.	A QUESTÃO DO INTERESSE ECONÔMICO X INTERESSE JURÍDICO.....	184
4.1.	O INTERESSE JURÍDICO DO TERCEIRO INTERVENIENTE.....	184
4.2.	A INTERVENÇÃO QUALIFICADA DA UNIÃO E ENTES FEDERAIS COM AMPARO NO ART. 5º, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI N.º 9.469/1997 .....	186
4.3.	O INTERESSE JURÍDICO ANÔMALO DO AMICUS CURIAE NO NCPC .....	190
5.	A INTERVENÇÃO DE ENTES FEDERAIS APTA A DEFINIR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL .....	191
6.	ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL .....	194
7.	REMESSA DOS AUTOS À JUSTIÇA FEDERAL EM CASO DE INTERVENÇÃO SUPERVENIENTE DO ENTE FEDERAL .....	196

## SUMÁRIO

7.1. A COMPETÊNCIA RECURSAL EM CASO DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA .....	199
8. OS MECANISMOS DE REMESSA DOS AUTOS NOS CASOS DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA .....	200
9. CONCLUSÃO .....	201
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	201

### Capítulo 11

#### **Responsabilidade Civil do Estado: a disciplina do direito de regresso no novo Código de Processo Civil .....** 203

*Mônica Bandeira de Mello Lefèvre*

1. INTRODUÇÃO.....	203
2. A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO .....	204
2.1. A EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE ESTATAL E A SUA CONSAGRAÇÃO NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO .....	204
2.2. FUNDAMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	206
2.3. OS ELEMENTOS CONFIGURADORES DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	208
3. A RESPONSABILIDADE PESSOAL DO AGENTE PÚBLICO E A CONFIGURAÇÃO DO DIREITO DE REGRESSO .....	209
4. A DISCIPLINA DO DIREITO DE REGRESSO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....	214
4.1. RESPONSABILIDADE CIVIL DOS JUÍZES .....	215
4.2. RESPONSABILIDADE CIVIL DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	217
4.3. RESPONSABILIDADE CIVIL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	218
4.4. RESPONSABILIDADE CIVIL DOS MEMBROS DA ADVOCACIA PÚBLICA .....	220
4.5. RESPONSABILIDADE CIVIL DOS MEMBROS DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	222
5. A EXTINÇÃO DOS DIREITOS DE AÇÃO POR PRESCRIÇÃO.....	222
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	223
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	224

### Capítulo 12

#### **A remessa necessária no Novo CPC .....** 227

*Paulo Osternack Amaral*

1. INTRODUÇÃO.....	227
2. REMESSA NECESSÁRIA: ASPECTOS GERAIS .....	227
3. PERSISTÊNCIA DA REMESSA NECESSÁRIA NO CPC/15.....	228
4. HIPÓTESES DE CABIMENTO NO CPC/15 .....	228
5. EXCEÇÕES À REMESSA NECESSÁRIA .....	229
5.1. VALOR DA CONDENAÇÃO OU DO PROVEITO ECONÔMICO .....	229
5.1.1. PROVEITO ECONÔMICO .....	229
5.1.2. SENTENÇA LÍQUIDA.....	230
5.1.3. PROVEITO ECONÔMICO EM FACE DA ADMINISTRAÇÃO .....	230
5.2. JURISPRUDÊNCIA DE TRIBUNAL SUPERIOR.....	230
5.3. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS OU DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA .....	230
5.4. ORIENTAÇÃO VINCULANTE NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO.....	231
6. REMESSA NECESSÁRIA NO MANDADO DE SEGURANÇA .....	231

SUMÁRIO

7.	AÇÃO POPULAR, AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO CIVIL POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....	232
8.	REMESSA NECESSÁRIA E SENTENÇA QUE NÃO RESOLVE O MÉRITO.....	234
9.	REMESSA NECESSÁRIA E AS DECISÕES PARCIAIS DE MÉRITO.....	234
10.	REMESSA NECESSÁRIA E DECISÃO ANTECIPATÓRIA DE TUTELA .....	235
11.	REMESSA NECESSÁRIA NA AÇÃO MONITÓRIA.....	236
12.	RECURSO ADESIVO EM REMESSA NECESSÁRIA: DESCABIMENTO.....	236
13.	PROCEDIMENTO .....	237
14.	CONCLUSÕES.....	238

**Capítulo 13**

**A nova disciplina dos honorários de sucumbência nas causas em que a Fazenda Pública for parte.....**

**239**

*Ricardo de Paula Feijó*

1.	INTRODUÇÃO.....	239
2.	A DISCIPLINA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 .....	240
2.1.	A ADOÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.....	240
2.2.	A REGRA GERAL DAS SENTENÇAS CONDENATÓRIAS .....	240
2.3.	A REGRA EXCEPCIONAL DO ARTIGO 20, §4º, DO CPC/73.....	241
2.4.	A REGRA EXCEPCIONAL DAS CAUSAS EM QUE A FAZENDA PÚBLICA É VENCIDA .....	242
3.	A DISCIPLINA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....	243
3.1.	A MANUTENÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.....	243
3.2.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS.....	243
3.3.	ESTABELECIMENTO DE LIMITES PERCENTUAIS NÃO LIMITADOS PARA SENTENÇA CONDENATÓRIA .....	244
3.4.	HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS FIXADOS SEGUNDO A APRECIACÃO EQUITATIVA DO JUIZ .....	245
3.5.	HONORÁRIOS NAS CAUSAS EM QUE A FAZENDA PÚBLICA FOR PARTE.....	245
3.5.1.	ESTABELECIMENTO DE LIMITES MÍNIMO E MÁXIMO .....	246
3.5.2.	AUSÊNCIA DE DISTINÇÃO ENTRE CAUSAS EM QUE A FAZENDA PÚBLICA É VENCIDA OU VENCEDORA .....	246
3.5.3.	A CUMULATIVIDADE DOS CRITÉRIOS.....	246
3.5.4.	MOMENTO DA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS.....	247
3.5.5.	O USO DO SALÁRIO MÍNIMO COMO PARÂMETRO PARA A VERIFICAÇÃO DOS PERCENTUAIS APLICÁVEIS .....	249
3.5.6.	AUSÊNCIA DE HONORÁRIOS NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NÃO IMPUGNADO.....	250
3.5.7.	CONCLUSÃO: BUSCA POR MAIOR EQUIDADE ENTRE AS PARTES .....	250
4.	A IMPOSSIBILIDADE DE SUSCITAR A SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO PARA FIXAR HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM VALORES INFERIORES AOS LIMITES LEGAIS.....	250
4.1.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS COMO DIREITO SUBJETIVO DO ADVOGADO DO VENCEDOR.....	251
4.2.	IMPOSSIBILIDADE DE SUSCITAR O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO PARA RES-TRINGIR DIREITO SUBJETIVO .....	252
4.2.1.	O CONTEÚDO TRADICIONAL DO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO.....	252
4.2.2.	AUSÊNCIA DE SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O DIREITO SUBJETIVO.....	253
4.3.	O NECESSÁRIO RESPEITO AOS LIMITES LEGAIS PARA A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊN-CIA.....	254

## SUMÁRIO

5.	CONCLUSÃO .....	254
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	255

---

### Parte 2 – Peculiaridades na aplicação de normas de caráter geral do CPC aos casos que envolvem a Administração Pública

#### Capítulo 1

#### **Negócios jurídicos processuais atípicos e a Administração Pública ..... 259**

*Diego Franzoni e Isabella Moreira de Andrade Vosgerau*

1.	INTRODUÇÃO.....	259
2.	NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS: A INOVAÇÃO DO ART. 190 DO CPC/2015.....	260
2.1.	A DISCIPLINA NO CPC/1973 .....	260
2.2.	A DISCIPLINA NO CPC/2015 .....	260
2.3.	NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS TÍPICOS E ATÍPICOS.....	262
2.4.	ÂMBITO DE APLICAÇÃO (DIREITOS QUE ADMITAM AUTOCOMPOSIÇÃO) .....	262
3.	A POSSIBILIDADE DE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CELEBRAR NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS .....	264
3.1.	O CABIMENTO DA ARBITRAGEM: UM PARALELO INEVITÁVEL.....	265
3.1.1.	A QUESTÃO SUBJETIVA: A AUSÊNCIA DE DISTINÇÃO ENTRE AS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO .....	265
3.1.2.	A ADMISSÃO DE AUTOCOMPOSIÇÃO A RESPEITO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO.....	266
3.2.	A INDISCUTÍVEL EXISTÊNCIA DE DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO QUE ADMITEM AUTOCOMPOSIÇÃO ...	268
3.3.	O INFLUXO DA CONSENSUALIDADE NO DIREITO ADMINISTRATIVO E NO PROCESSO CIVIL .....	269
3.4.	A ADEQUAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS AOS PRINCÍPIOS BASILARES DO REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO (CF, ART. 37, CAPUT).....	270
4.	O CONTROLE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS ATÍPICOS DA ADMINISTRAÇÃO .....	272
4.1.	OS ASPECTOS DO ATO ADMINISTRATIVO .....	273
4.2.	PLANO DA EXISTÊNCIA.....	273
4.3.	PLANO DA VALIDADE .....	274
4.4.	PLANO DA EFICÁCIA .....	275
4.5.	A FORMA DE CONTROLE: DEMANDA AUTÔNOMA OU NO PRÓPRIO PROCESSO? .....	276
5.	CONCLUSÃO .....	279
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	279

#### Capítulo 2

#### **Estabilização da tutela antecipada antecedente contra o Poder Público ..... 281**

*Frederico Augusto Gomes*

1.	INTRODUÇÃO.....	281
2.	CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE .....	282
3.	NOTAS SOBRE A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA O PODER PÚBLICO .....	286
4.	A INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO .....	288
5.	O REEXAME NECESSÁRIO.....	290
6.	O PEDIDO DE SUSPENSÃO DA LIMINAR.....	293



## SUMÁRIO

7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	296
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	297

### Capítulo 3

<b>Segredo de justiça e Administração Pública.....</b>	<b>299</b>
--	------------

*Marçal Justen Neto*

1.	INTRODUÇÃO.....	299
2.	O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE.....	300
2.1.	PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	300
2.2.	A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	301
2.3.	A PUBLICIDADE PROCESSUAL.....	301
3.	AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	302
4.	A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM JUÍZO E A PUBLICIDADE.....	305
5.	SEGREDO DE JUSTIÇA POR INTERESSE PÚBLICO OU SOCIAL (INC. I).....	305
5.1.	A ALTERAÇÃO REDACIONAL DO CPC 2015.....	306
5.2.	A INDETERMINAÇÃO DO CONCEITO DE INTERESSE PÚBLICO.....	306
5.3.	O INTERESSE PÚBLICO OU SOCIAL NO PROCESSO CIVIL.....	308
5.4.	A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM JUÍZO E INTERESSE PÚBLICO OU SOCIAL.....	309
5.5.	OS LIMITES: O QUE NÃO É INTERESSE PÚBLICO OU SOCIAL.....	310
5.6.	A RESTRIÇÃO DA PUBLICIDADE POR EXIGÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO OU SOCIAL.....	311
6.	SEGREDO DE JUSTIÇA POR PROTEÇÃO AO DIREITO À INTIMIDADE (INC. III).....	312
7.	SEGREDO DE JUSTIÇA POR CONFIDENCIALIDADE DE ARBITRAGEM (INC. IV).....	313
8.	OS EFEITOS DA RESTRIÇÃO DA PUBLICIDADE NOS CASOS DE SEGREDO DE JUSTIÇA (§ 1º).....	316
9.	A SISTEMÁTICA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	317
10.	A INTERPRETAÇÃO CONFERIDA AO ROL DE HIPÓTESES LEGAIS DE SEGREDO DE JUSTIÇA.....	317
11.	SIGILO DE ATOS PROCESSUAIS ESPECÍFICOS.....	319
12.	SEGREDO DE JUSTIÇA E NEGÓCIO PROCESSUAL.....	320
13.	A VIOLAÇÃO AO SEGREDO DE JUSTIÇA.....	321
14.	RECORRIBILIDADE DA DECISÃO SOBRE SEGREDO DE JUSTIÇA.....	321
15.	CONCLUSÃO.....	322
16.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	322

### Capítulo 4

<b>Câmaras de conciliação e mediação da Administração Pública: comentários ao artigo 174 do novo Código de Processo Civil.....</b>	<b>327</b>
--	------------

*Rafael Wallbach Schwind e Marina Kukiela*

1.	INTRODUÇÃO.....	327
2.	PREMISSAS E VANTAGENS DA UTILIZAÇÃO, POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DE VIAS ALTERNATIVAS AO PODER JUDICIÁRIO.....	329
2.1.	A SUPERAÇÃO DE UMA VISÃO EQUIVOCADA.....	329
2.1.1.	A NÃO-NECESSARIEDADE DE INTERVENÇÃO JURISDICIONAL.....	329
2.1.2.	A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A MULTIPLICIDADE DE INTERESSES CONFLITANTES.....	330

## SUMÁRIO

2.2.	A NECESSÁRIA SATISFAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E CELERIDADE .....	332
3.	O CENÁRIO ATUAL .....	332
3.1.	A NOVA LEI 13.140/2015 .....	333
3.2.	EXEMPLO JÁ EXISTENTE: A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL – CCAF .....	334
4.	A CONCILIAÇÃO E A MEDIAÇÃO COMO MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS QUE ENVOLVEM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO NOVO CPC .....	336
4.1.	A REDAÇÃO DO ARTIGO 174 DO NOVO CPC.....	336
4.2.	O CABIMENTO DE TRANSAÇÕES FORA DO ÂMBITO DAS CÂMARAS DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO ....	337
4.2.1.	AUSÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DO ENVOLVIMENTO DE UMA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO CRIADA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	337
4.2.2.	A CONFIRMAÇÃO DO ENTENDIMENTO AQUI DEFENDIDO: A PREVISÃO DO ARTIGO 175 DO NOVO CPC .....	338
4.2.3.	A APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE ACORDOS, TERMOS DE COMPROMISSO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA .....	339
4.2.4.	SÍNTESE .....	341
4.3.	O ÂMBITO DE ATUAÇÃO DAS CÂMARAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO CRIADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	341
4.3.1.	OS CONFLITOS ENTRE ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	342
4.3.2.	A QUESTÃO DA CÂMARA COMPETENTE NO CASO DE UM CONFLITO ENTRE ÓRGÃOS OU ENTIDADES VINCULADAS A DIFERENTES NÍVEIS FEDERATIVOS .....	342
4.3.3.	OS CONFLITOS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PARTICULARES.....	343
5.	BREVES CONCLUSÕES.....	344
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	345

### Capítulo 5

<b>Primeiras impressões sobre os meios consensuais de resolução de conflitos pelo poder público e as alterações promovidas pelo CPC/2015 e pela Lei 13.140/2015 .....</b>	<b>347</b>
Ravi Peixoto	

1.	INTRODUÇÃO.....	347
2.	O NOVO MODELO DO DIREITO ADMINISTRATIVO E A MAIOR ABERTURA PARA AS TRANSAÇÕES .....	349
3.	OS MEIOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E O PODER PÚBLICO .....	351
3.1.	UM DESAFIO: A CONFIDENCIALIDADE E O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE NA RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS PELO PODER PÚBLICO .....	352
4.	O INCENTIVO À CRIAÇÃO DE CÂMARAS DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO PELOS ENTES PÚBLICOS.....	354
5.	A LEI Nº 13.140/2015 E A SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO .....	355
5.1.	REGRAS GERAIS DA SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO .....	355
5.2.	APLICAÇÃO TEMPORÁRIA DOS DEMAIS PROCEDIMENTOS DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS .....	356
5.3.	JÚZO DE ADMISSIBILIDADE DO PROCEDIMENTO DE MEDIAÇÃO.....	356
5.4.	TRANSAÇÃO POR ADESÃO.....	357
5.5.	CONFLITOS ENTRE ÓRGÃOS OU ENTIDADES DE DIREITO PÚBLICO QUE INTEGREM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....	359
5.5.1.	A QUASE OBRIGATORIEDADE DA RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DOS CONFLITOS ENVOLVENDO INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL .....	360

## SUMÁRIO

5.5.2. UTILIZAÇÃO DA AGU PARA A COMPOSIÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS POR OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS .....	360
5.6. CONTROVÉRSIAS QUE ENVOLVAM TRIBUTOS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL OU CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.....	361
6. RESPONSABILIDADE DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS.....	362
6.1. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO:.....	363
6.2. O ART. 40, DA LEI 13.140/2015 E A SUA APLICAÇÃO LIMITADA À RESPONSABILIZAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO.....	363
7. CONCLUSÃO .....	364

### Capítulo 6

<b>Tutela de Urgência Antecipatória e a Fazenda Pública no Novo Código de Processo Civil ....</b>	<b>365</b>
<i>Vitor Lanza Veloso</i>	

1. INTRODUÇÃO.....	365
2. A TUTELA ANTECIPATÓRIA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA E A NOVA DISCIPLINA PROCESSUAL.....	366
2.1. AS VEDAÇÕES LEGAIS AOS PROVIMENTOS ANTECIPATÓRIOS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA .....	366
2.2. OS PRESSUPOSTOS E O PROCEDIMENTO DA TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPATÓRIA NO NCPC.....	367
2.3. A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPATÓRIA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE .....	370
2.4. O CABIMENTO DA ESTABILIZAÇÃO EM PROVIMENTOS ANTECIPATÓRIOS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	371
3. CONCLUSÃO .....	375
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	377

---

## Parte 3 – A aplicação subsidiária das normas do CPC à legislação especial relativa à Administração Pública em juízo

### Capítulo 1

<b>A Prescrição e Decadência em matéria tributária e a inaplicabilidade das regras contidas no CPC-2015 .....</b>	<b>381</b>
<i>Antonio Carlos F. de Souza Júnior e Luiz Henrique G. Ferraz Filho</i>	

INTRODUÇÃO.....	381
1. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA: CONCEITOS CONSTRUÍDOS PELO SISTEMA JURÍDICO.....	382
2. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA CIVIS E TRIBUTÁRIAS: DIFERENCIAÇÃO DE CONCEITOS.....	384
3. INAPLICABILIDADE DOS MARCOS INTERRUPTIVOS DA PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA PREVISTOS NO NOVO CPC À ESFERA TRIBUTÁRIA. ....	389
3.1. INAPLICABILIDADE DO PARÁGRAFO 1º DO ART. 240 DO NOVO CPC À PRESCRIÇÃO TRIBUTÁRIA.....	389
3.2. INAPLICABILIDADE DO PARÁGRAFO 3º DO ART. 240 DO NOVO CPC E DA SÚMULA Nº 106 DO STJ À PRESCRIÇÃO TRIBUTÁRIA. ....	390
3.3. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 240 DO CPC À DECADÊNCIA TRIBUTÁRIA. ....	392
4. CONCLUSÃO .....	393

<b>Capítulo 2</b>	
<b>Intervenção do Conselho Administrativo de Defesa Econômica no Processo Civil .....</b>	<b>395</b>
<i>Araken de Assis</i>	
INTRODUÇÃO.....	395
1. CASOS DE INTERVENÇÃO DO CADE .....	396
2. FUNDAMENTO DA INTERVENÇÃO DO CADE .....	396
3. OBRIGATORIEDADE DA INTIMAÇÃO DO CADE .....	398
4. FACULTATIVIDADE DA MANIFESTAÇÃO DO CADE.....	398
5. MOMENTO DA INTERVENÇÃO DO CADE .....	399
6. FORMA DA INTERVENÇÃO DO CADE.....	399
7. EFEITOS PROCESSUAIS DA INTERVENÇÃO DO CADE .....	399
8. PODERES PROCESSUAIS DO CADE.....	400
9. CONCLUSÃO .....	400
<b>Capítulo 3</b>	
<b>Execução Fiscal e o novo Código de Processo Civil: Incidente da Desconsideração da Personalidade Jurídica.....</b>	<b>401</b>
<i>Daniel Siqueira Borda</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	401
2. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA .....	403
2.1. A PERSONALIDADE JURÍDICA COMO REGIME JURÍDICO .....	403
2.2. A TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE.....	404
2.3. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA INVERSA E O REDIRECIONAMENTO .....	407
2.4. A RELEVÂNCIA DO TEMA COMO FORMA DE CONTROLE DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA.....	409
3. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NAS EXECUÇÕES FISCAIS ANTES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: .....	411
3.1. A JURISPRUDÊNCIA SOBRE AS QUESTÕES PROCEDIMENTAIS ENVOLVENDO A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E A EXECUÇÃO FISCAL .....	411
3.2. A DOUTRINA SOBRE AS QUESTÕES PROCEDIMENTAIS ENVOLVENDO A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA .....	414
4. O INCIDENTE DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....	418
4.1. A APLICAÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL AO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL .....	418
4.2. O PROCEDIMENTO DE INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA .....	421
4.3. AS INOVAÇÕES QUE DEVEM SER INCORPORADAS AO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL.....	424
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	424
6. REFERÊNCIAS .....	426
<b>Capítulo 4</b>	
<b>Ação popular: sua matriz constitucional, seu regramento especial e o Código de Processo Civil.....</b>	<b>429</b>
<i>Eduardo Talamini</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	430

## SUMÁRIO

2.	FINALIDADES DA AÇÃO POPULAR.....	431
2.1.	A NORMA CONSTITUCIONAL.....	431
2.2.	PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.....	431
2.3.	PROTEÇÃO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA .....	432
2.4.	PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL .....	433
2.5.	CARÁTER NÃO EXAUSTIVO DAS HIPÓTESES PREVISTAS NA LEI DA AÇÃO POPULAR .....	433
2.6.	COMBATE A AÇÕES E OMISSÕES LESIVAS.....	434
2.7.	CONTROLE DE CONDUTAS CONCRETAS.....	434
2.8.	EMPREGO EM CARÁTER PREVENTIVO.....	435
2.9.	INAPLICABILIDADE AOS ATOS JURISDICIONAIS.....	435
2.10.	INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA .....	436
3.	LEGITIMIDADE ATIVA E CAPACIDADE PROCESSUAL .....	436
3.1.	“CIDADÃO” .....	437
3.2.	PROVA DA CIDADANIA.....	437
3.3.	NÃO-LIMITAÇÃO DA LEGITIMIDADE AO DOMICÍLIO ELEITORAL.....	438
3.4.	LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, SEM SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL .....	438
3.5.	IRRELEVÂNCIA DO INTERESSE PESSOAL DO AUTOR.....	439
3.6.	POSSIBILIDADE DE LITISCONSÓRCIO ATIVO ORIGINÁRIO .....	439
4.	LEGITIMIDADE PASSIVA.....	439
4.1.	LEGITIMADOS NA HIPÓTESE DE LESÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO OU À MORALIDADE ADMINISTRATI- VA.....	440
4.2.	LEGITIMADOS NA HIPÓTESE DE LESÃO AO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL....	440
4.3.	A NATUREZA DO LITISCONSÓRCIO PASSIVO .....	441
4.3.1.	LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO.....	441
4.3.2.	LITISCONSÓRCIO UNITÁRIO, EM REGRA.....	441
4.3.3.	DECORRÊNCIAS.....	441
4.3.4.	EVENTUAL LITISCONSÓRCIO UNITÁRIO .....	442
5.	INTERVENÇÃO DE TERCEIROS E ALTERAÇÕES SUBJETIVAS DA DEMANDA – PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	442
5.1.	MUDANÇA DE POLO E ABSTENÇÃO PROCESSUAL .....	443
5.1.1.	AUSÊNCIA DE DISCRICIONARIEDADE NA OPÇÃO .....	443
5.1.2.	LIMITE TEMPORAL PARA A OPÇÃO .....	443
5.2.	INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	444
5.3.	ASSUNÇÃO DO POLO ATIVO, EM CASO DE DESISTÊNCIA OU ABANDONO .....	444
5.3.1.	LIMITES À DESISTÊNCIA.....	444
5.3.2.	PUBLICAÇÃO DE EDITAL .....	445
5.3.3.	PROSSEGUIMENTO DA DEMANDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO OU POR OUTRO CIDADÃO .....	445
5.3.4.	ESTABILIDADE OBJETIVA DA DEMANDA.....	445
5.3.5.	“DESISTÊNCIA” SUBJETIVAMENTE PARCIAL.....	446
5.3.6.	DESISTÊNCIA OBJETIVAMENTE PARCIAL.....	446
5.4.	HABILITAÇÃO DE OUTRO CIDADÃO COMO LITISCONSORTE.....	447
5.4.1.	LITISCONSÓRCIO ATIVO, FACULTATIVO, UNITÁRIO E SUPERVENIENTE.....	447

## SUMÁRIO

5.4.2.	INEXIGIBILIDADE DE INTERESSE ESPECÍFICO.....	447
5.4.3.	AUSÊNCIA DE LIMITE TEMPORAL.....	447
5.5.	ASSUNÇÃO DO POLO ATIVO EM SEDE RECURSAL OU EXECUTIVA .....	448
5.6.	IDENTIFICAÇÃO SUPERVENIENTE DE RESPONSÁVEIS OU BENEFICIÁRIOS.....	448
5.7.	OUTRAS MODALIDADES INTERVENTIVAS.....	448
6.	DEVER DE COOPERAÇÃO E AS PARTES NA AÇÃO POPULAR.....	449
7.	CAPACIDADE POSTULATÓRIA.....	450
8.	PROVIDÊNCIAS INSTRUTÓRIAS PRÉVIAS À PROPOSITURA DA DEMANDA .....	450
8.1.	DIREITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	450
8.2.	A REGULAMENTAÇÃO NA LEI DA AÇÃO POPULAR.....	450
8.3.	OUTRAS NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS RELEVANTES.....	451
9.	PROCEDIMENTO .....	451
9.1.	GRATUIDADE .....	451
9.1.1.	NÃO- RECEPÇÃO DO ART. 10.....	451
9.1.2.	PERDA DA ISENÇÃO E PENALIDADE.....	451
9.1.3.	ABRANGÊNCIA DA GRATUIDADE .....	452
9.2.	OBSERVÂNCIA DO PROCEDIMENTO COMUM.....	452
9.3.	REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL.....	452
9.4.	PROVIDÊNCIAS JUDICIAIS INICIAIS .....	453
9.5.	CITAÇÃO.....	453
9.5.1.	CITAÇÃO EDITALÍCIA POR SIMPLES OPÇÃO DO AUTOR: INCONSTITUCIONALIDADE.....	453
9.5.2.	EXTENSÃO DA GRATUIDADE ÀS DESPESAS DA CITAÇÃO POR EDITAL.....	454
9.5.3.	NOMEAÇÃO DE CURADOR ESPECIAL EM CASO DE REVELIA DO CITADO POR EDITAL.....	454
9.6.	CONTESTAÇÃO.....	454
9.6.1.	PRAZO.....	454
9.6.2.	MATÉRIAS VEICULÁVEIS .....	455
9.7.	RECONVENÇÃO.....	455
9.8.	CITAÇÃO TARDIA E O CURSO DO PROCEDIMENTO.....	456
9.9.	REQUERIMENTO DE PROVAS.....	456
9.10.	SANEAMENTO E PRODUÇÃO PROBATÓRIA.....	457
9.11.	MOMENTO DA SENTENÇA DEPOIS DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA.....	457
9.12.	AÇÃO POPULAR E NEGÓCIO PROCESSUAL .....	457
10.	CABIMENTO DE “LIMINAR”.....	458
10.1.	IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE OFÍCIO .....	458
10.2.	PRESSUPOSTOS DE CONCESSÃO.....	459
10.3.	APLICABILIDADE A TODOS OS BENS JURÍDICOS PROTEGIDOS POR AÇÃO POPULAR .....	459
10.4.	OUTRAS POSSÍVEIS PROVIDÊNCIAS URGENTES (ANTECIPATÓRIAS E CAUTELARES) .....	459
10.5.	MOMENTO DE CONCESSÃO.....	460
10.6.	DESNECESSIDADE DE PROCESSO INCIDENTAL.....	460
10.7.	MEDIDA URGENTE ANTECEDENTE .....	460
10.8.	ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA.....	460
10.9.	TUTELA DA EVIDÊNCIA.....	463
10.10.	MECANISMOS DE EFETIVAÇÃO .....	463

## SUMÁRIO

10.11. REGRAS LIMITADORAS DE MEDIDAS URGENTES .....	463
10.12. RECORRIBILIDADE .....	464
10.13. INCIDENTE DE SUSPENSÃO .....	464
10.14. DURAÇÃO DA MEDIDA URGENTE.....	465
11. SENTENÇA.....	465
11.1. IMPROCEDÊNCIA .....	465
11.2. PROCEDÊNCIA .....	465
11.3. MOMENTO DE EFICÁCIA.....	466
12. COISA JULGADA .....	466
13. EXECUÇÃO DA SENTENÇA.....	467
13.1. LIQUIDAÇÃO .....	467
13.2. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA .....	468
13.3. A (IM)PENHORABILIDADE DE SALÁRIOS E PROVENTOS .....	469
13.4. “SEQUESTRO” E “PENHORA” DO ART. 14, § 4º, DA LEI 4.717.....	469
13.5. EXTENSÃO DA LEGITIMIDADE PARA EXECUTAR .....	470
14. IMPUGNAÇÃO E CONTROLE DAS DECISÕES .....	471
14.1. REEXAME NECESSÁRIO .....	471
14.2. INCIDENTE DE SUSPENSÃO DA SENTENÇA .....	471
14.3. RECURSO CONTRA A SENTENÇA.....	471
14.4. A RECORRIBILIDADE DAS INTERLOCUTÓRIAS.....	471
14.5. OUTROS RECURSOS CABÍVEIS.....	472
14.6. A EXTENSÃO DA LEGITIMIDADE RECURSAL .....	472
15. COMPETÊNCIA.....	472
15.1. AUSÊNCIA DE PRERROGATIVA DE FORO.....	472
15.2. EVENTUAL COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS.....	473
15.3. HIPÓTESES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL .....	473
15.3.1. COMPETÊNCIA EM CASO DE PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO, AUTARQUIA OU EMPRESA PÚBLICA FEDERAL.....	474
15.3.2. COMPETÊNCIA EM CASO DE INTERESSE FEDERAL INDIRETO: INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO .....	474
15.3.3. COMPETÊNCIA EM CASO DE CONCORRÊNCIA DE INTERESSES FEDERAIS E NÃO-FEDERAIS ....	476
15.4. PREVENÇÃO DE JUÍZO.....	476
15.4.1. REUNIÃO DE AÇÕES CONEXAS OU IDÊNTICAS .....	476
15.4.2. JUÍZO PREVENTO.....	476
15.4.3. CONEXÃO .....	476
15.4.4. IDENTIDADE DE AÇÕES.....	477
15.4.5. CONEXÃO OU LITISPENDÊNCIA ENTRE AÇÃO POPULAR E OUTRAS ESPÉCIES DE AÇÃO .....	477
16. PRAZO “PRESCRICIONAL” .....	478
16.1. TERMO INICIAL .....	478
16.2. NATUREZA.....	478
16.3. CONSTITUCIONALIDADE DO PRAZO.....	479
16.4. A TESE DA IMPRESCRITIBILIDADE DA REPARAÇÃO DO DANO: LIMITES .....	479

**Capítulo 5****A Influência do Novo CPC (Lei 13.105/2015) na Execução Judicial das Decisões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) ..... 481***Mayara Gasparoto Tonin*

1.	INTRODUÇÃO.....	481
2.	A LEI 12.529/2011 E O CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA.....	482
3.	A NATUREZA DAS DECISÕES DO CADE .....	485
4.	O PROCESSO DE EXECUÇÃO DA LEI 12.529/2011 E A APLICAÇÃO DAS REGRAS DO NOVO CPC.....	489
5.	A IMPUGNAÇÃO DE DECISÕES DO CADE POR MEIO DE AÇÃO AUTÔNOMA E A REVOGAÇÃO EXPRESSA PELO NOVO CPC DO ART. 98, §4º, DA LEI ANTITRUSTE .....	497
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	500
7.	REFERÊNCIAS .....	501

**Capítulo 6****Aplicação subsidiária do NCPC ao mandado de segurança e à ação de improbidade administrativa ..... 503***William Romero e Rodrigo Goulart de Freitas Pombo*

1.	INTRODUÇÃO.....	503
2.	A LÓGICA DA APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL GERAL .....	504
3.	A INCIDÊNCIA DO NCPC AO RITO DO MANDADO DE SEGURANÇA .....	505
3.1.	AS PARTICULARIDADES DO RITO DO MANDADO DE SEGURANÇA.....	505
3.2.	PREVISÕES DA LEI 12.016 EXPRESSAMENTE REMISSIVAS AO (ANTIGO) CPC.....	506
3.2.1.	OS REQUISITOS DA INICIAL E AS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO SUMÁRIA DO FEITO (ART. 6º, CAPUT E §5º, DA LEI 12.016) .....	506
3.2.2.	AS MEDIDAS LIMINARES E OS RECURSOS CABÍVEIS (ART. 7º, §§1º, 2º E 5º, DA LEI 12.016)..	507
3.2.3.	A APLICAÇÃO DA TUTELA DE EVIDÊNCIA AOS MANDADOS DE SEGURANÇA (ART. 311, DO NCPC).....	508
3.2.4.	A SISTEMÁTICA DO LITISCONSÓRCIO (ART. 24, DA LEI 12.016).....	510
3.3.	O CARÁTER SUPLETIVO E SUBSIDIÁRIO DO NCPC: A ORIENTAÇÃO DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL EXISTENTE .....	510
4.	A AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CPC.....	512
4.1.	O PROCEDIMENTO ESPECIAL DA AÇÃO DE IMPROBIDADE.....	512
4.2.	A ETAPA DE DEFESA PRÉVIA .....	513
4.3.	APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA E SUPLETIVA DE OUTROS DIPLOMAS À AÇÃO DE IMPROBIDADE.....	514
4.4.	REMISSÕES EXPRESSAS DA LIA AO CPC .....	516
4.4.1.	O PEDIDO DE SEQUESTRO DE BENS (LIA, ART. 16, §1º).....	516
4.4.2.	LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ (LIA, ART. 17, §6º) .....	517
4.5.	APLICAÇÃO DE REGRAS NÃO INDICADAS EXPRESSAMENTE NA LIA.....	517
4.5.1.	ACORDO, CONCILIAÇÃO OU TRANSAÇÃO NA AÇÃO DE IMPROBIDADE .....	518
4.5.2.	A CONTAGEM DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA DEFESA PRÉVIA .....	519
4.5.3.	O RECURSO CABÍVEL CONTRA A ADMISSÃO DA AÇÃO.....	521
5.	CONCLUSÃO .....	521



<b>Capítulo 7</b>	
<b>Execução Individual da Sentença Coletiva em face da Fazenda Pública (Evidências de um Estado com Personalidades Múltiplas).....</b>	<b>523</b>
<i>William Soares Pugliese, Juliana Pondé Fonseca e Luiz Henrique Krassuski Fortes</i>	
1. PROCESSO COLETIVO E FAZENDA PÚBLICA: INCOERÊNCIAS DE UM “ESTADO DE DIREITO” .....	523
1.1. TRIPARTIÇÃO DE PODERES: UM PROBLEMA POLÍTICO.....	523
1.2. A ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO .....	526
1.3. PROCESSO COLETIVO E FAZENDA PÚBLICA .....	531
2. QUANDO O INSTRUMENTO DE TUTELA DOS DIREITOS SE TRANSFORMA EM SEU ALGOZ: VARIAÇÕES JURISPRUDENCIAIS SOBRE A EXECUÇÃO INDIVIDUAL DO TÍTULO COLETIVO EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA.....	533
3. IGUALDADE, EFETIVIDADE E ECONOMIA: POR UM ESTADO E POR UM ORDENAMENTO .....	540
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	545
5. REFERÊNCIAS .....	545

---

**Parte 4 – A aplicação subsidiária das normas do CPC ao processo administrativo**

<b>Capítulo 1</b>	
<b>A aplicação do incidente de descon sideração de personalidade jurídica, previsto no novo Código de Processo Civil aos Processos Judiciais e Administrativos em matéria tributária..</b>	<b>551</b>
<i>Betina Treiger Grupenmacher</i>	
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	551
2. SUJEIÇÃO PASSIVA E RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA .....	552
3. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA POR INFRAÇÃO À LEI, AO CONTRATO SOCIAL E AOS ESTATUTOS.....	553
4. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA: PRESSUPOSTOS LEGAIS.....	556
5. O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA E A RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS .....	560
6. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E O PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.....	565
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	568
8. REFERÊNCIAS .....	570

<b>Capítulo 2</b>	
<b>A aplicação subsidiária do novo Código de Processo Civil aos processos administrativos ..</b>	<b>571</b>
<i>Guilherme F. Dias Reisdorfer</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	571
2. A PROCESSUALIDADE ADMINISTRATIVA: A EVOLUÇÃO A PARTIR DAS TEORIAS PROCESSUAIS JURISDICIONAIS E PARA ALÉM DELAS .....	572
2.1. A CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO PROCESSUAL NA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA .....	572
2.2. A DISCIPLINA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E O DIREITO BRASILEIRO .....	575
3. OBSERVAÇÕES GERAIS E PREMISSAS SOBRE A APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CPC.....	577
3.1. A APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CPC AOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NÃO CONSTITUI NOVIDADE. ....	577
3.2. O SISTEMA PROCESSUAL ADMINISTRATIVO JÁ DISPÕE DE REGRAS SUBSIDIÁRIAS.....	578
3.3. A UTILIDADE DO ART. 15 DO NCPC E AS PREMISSAS GERAIS PARA APLICAÇÃO DO NOVO CÓDIGO AOS	

## SUMÁRIO

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS.....	579
4. ALGUMAS SITUAÇÕES PRÁTICAS: PONTOS DE CONTATO ENTRE A DISCIPLINA DO NCPC E O DIREITO PROCESSUAL ADMINISTRATIVO .....	581
4.1. A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES ESTATAIS .....	582
4.2. A CIENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS E O ADEQUADO ACESSO AO PROCESSO.....	584
4.3. A SISTEMÁTICA DE TRATAMENTO DAS NULIDADES PROCESSUAIS.....	586
4.4. O CONTRADITÓRIO PRÉVIO À DELIBERAÇÃO SOBRE MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA.....	588
4.5. O PROCESSO E AS TÉCNICAS NEGOCIAIS .....	589
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	594

### Capítulo 3

<b>O novo regime processual da desconsideração da personalidade societária e seus reflexos no âmbito do Direito Administrativo .....</b>	<b>597</b>
<i>Marçal Justen Filho</i>	

1. AS INOVAÇÕES CONSAGRADAS NA LEI Nº 13.105 .....	598
2. A DOCTRINA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE SOCIETÁRIA .....	598
2.1. O CONCEITO DE PESSOA E A SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA .....	598
2.1.1. O CONCEITO DE “PESSOA” OU “SUJEITO DE DIREITO” .....	598
2.1.2. . A ORIGEM DA EXPRESSÃO .....	599
2.1.3. A AUSÊNCIA DE PERSONIFICAÇÃO GENERALIZADA DOS SERES HUMANOS.....	599
2.1.4. . A EVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA E A GENERALIZAÇÃO DA PERSONIFICAÇÃO .....	599
2.2. O DESENVOLVIMENTO DA IDEIA DE “PESSOA JURÍDICA” .....	599
2.2.1. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O SURGIMENTO DA EMPRESA.....	600
2.2.2. . A INDEVIDA APROXIMAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA À PESSOA FÍSICA.....	600
2.2.3. O “ARTIFICIALISMO” DA PERSONIFICAÇÃO SOCIETÁRIA .....	600
2.3. A RELEVÂNCIA DA PESSOA JURÍDICA PRIVADA .....	601
2.4. A QUESTÃO DOS LIMITES À PERSONIFICAÇÃO SOCIETÁRIA .....	601
2.4.1. A LEGITIMIDADE DA DIFERENCIAÇÃO SUBJETIVA .....	601
2.4.2. A AUSÊNCIA DE DIFERENCIAÇÃO ABSOLUTA .....	602
2.5. A UTILIZAÇÃO DOS INSTITUTOS JURÍDICOS COMUNS .....	602
2.6. A DOCTRINA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE SOCIETÁRIA .....	602
2.6.1. A ESPECIFICIDADE DO RESULTADO REPROVÁVEL.....	602
2.6.2. A DISTINÇÃO ENTRE INVALIDADE E DESCONSIDERAÇÃO .....	603
2.6.3. A VEDAÇÃO AO AFASTAMENTO AUTOMÁTICO DA PERSONIFICAÇÃO SOCIETÁRIA .....	603
2.6.4. A CONFIGURAÇÃO DOS LIMITES LEGAIS DA PERSONIFICAÇÃO .....	604
2.6.5. A QUESTÃO DA “DESCONSIDERAÇÃO” DA PESSOA JURÍDICA .....	604
2.6.6. A QUESTÃO DA UTILIZAÇÃO ABUSIVA DA PESSOA JURÍDICA .....	604
2.7. AINDA O PROBLEMA DA SEGURANÇA JURÍDICA.....	605
3. A TUTELA PELA LEI Nº 13.105 AO INSTITUTO DA PERSONIFICAÇÃO SOCIETÁRIA .....	605
3.1. AS DUAS ALTERNATIVAS PARA A DECISÃO DE DESCONSIDERAÇÃO .....	605
3.1.1. A DESCONSIDERAÇÃO COMO OBJETO ORIGINÁRIO DA AÇÃO .....	605
3.1.2. A DESCONSIDERAÇÃO COMO OBJETO DE AÇÃO INCIDENTAL.....	606
3.2. A DEFINIÇÃO DA IDENTIDADE DA PARTE NO LITÍGIO .....	606

## SUMÁRIO

3.2.1.	A PRETENSÃO DEFINIDA.....	606
3.2.2.	O SURGIMENTO DA QUESTÃO NO CURSO DA DEMANDA.....	607
3.2.3.	AS DECORRÊNCIAS DA DISCIPLINA.....	607
3.2.4.	A VEDAÇÃO A DECISÃO DE OFÍCIO.....	607
3.2.5.	A GARANTIA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA.....	607
4.	A AFIRMAÇÃO DA EFICÁCIA DA PERSONIFICAÇÃO SOCIETÁRIA.....	607
4.1.	A REJEIÇÃO À TESE “NATURALISTA” DA PESSOA JURÍDICA.....	608
4.1.1.	A PESSOA JURÍDICA NÃO É APENAS UMA “QUESTÃO DE FATO”.....	608
4.1.2.	A PERSONIFICAÇÃO COMO RESULTADO DE ATO ADMINISTRATIVO ESTATAL.....	608
4.1.3.	O PROVIMENTO JURISDICIONAL ESPECÍFICO.....	608
4.2.	A TUTELA À EFICÁCIA DA PERSONIFICAÇÃO.....	608
4.3.	A AMPLIAÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA.....	609
4.3.1.	AINDA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE AÇÃO.....	609
4.3.2.	A AMPLIAÇÃO DA PREVISIBILIDADE E A EFICÁCIA PERANTE TERCEIROS.....	609
5.	A ABRANGÊNCIA DO ART. 137 DA LEI Nº 13.105.....	609
5.1.	A INTERPRETAÇÃO DO ART. 137.....	609
5.1.1.	A DISCIPLINA DO ART. 137.....	610
5.1.2.	A ABRANGÊNCIA DA DESCONSIDERAÇÃO.....	610
5.1.3.	O DESCABIMENTO DA INSTITUIÇÃO DE REGIMES PROCESSUAIS DISTINTOS.....	611
5.1.4.	A INTERPRETAÇÃO CORRETA DO ART. 137.....	611
6.	OS REFLEXOS DA DISCIPLINA NO ÂMBITO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	611
6.1.	A ORIENTAÇÃO PREVALENTE ATÉ O PRESENTE.....	612
6.2.	A ALTERAÇÃO DA EFICÁCIA JURÍDICA DA PERSONIFICAÇÃO.....	612
6.3.	A VEDAÇÃO À DESCONSIDERAÇÃO SEM INTERVENÇÃO JURISDICIONAL.....	612
6.4.	O AFASTAMENTO DO ARGUMENTO DA AUTOTUTELA.....	613
6.5.	O AFASTAMENTO DO ARGUMENTO DA “SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO”.....	613
6.6.	A DESCONSIDERAÇÃO EM FACE DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA.....	614
7.	CONCLUSÃO.....	614
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	614